

NOVOS DESAFIOS DE ENSINO E AVALIAÇÃO ONLINE



A UNIVERSIDADE ABERTA E O ENSINO ONLINE

— Breve História

A Universidade Aberta (UAb) foi fundada em 1988, sendo a única instituição de ensino superior público a distância em Portugal. Com a publicação no Diário da República, 1.ª Série, do Decreto-Lei n.º 133/2019, de 3 de setembro, foi aprovado o Regime Jurídico do Ensino Superior Ministrado a Distância, o qual confere à UAb um papel fundamental, o que não deixa de ser um reconhecimento de todo o percurso desta instituição na sua ainda curta existência.

Quando me tornei docente da UAb em 2003, já depois de 8 anos de experiência no Instituto Superior de Engenharia do Porto, onde tive uma breve experiência de um semestre em *b-learning* com o recurso às

ferramentas *WebCT* e *moodle*, tive ainda tempo de experienciar o modelo anterior, em que o uso da ferramenta existente (*IntraLearn*) não era de uso obrigatório (além de não ser de fácil utilização), em que existia um ou mais manuais de referência, o docente tinha um horário de atendimento com um número de telefone fixo para esclarecimento de dúvidas, os exames decorriam durante todo o ano (sem a lógica de épocas de exame), com um horário único para todo o mundo, de forma presencial em todos os distritos e em vários locais no estrangeiro.

Entretanto, o paradigma foi alterado. Em 2007 foi publicado o modelo pedagógico virtual (MPV) da UAb, e em 2008, após formação do corpo docente, o ensino passou a ser totalmente online. Resumidamente, este modelo assenta na aprendizagem centrada no estudante, onde este consegue gerir



JORGE MORAIS

DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIA DA
UNIVERSIDADE
ABERTA

PRESIDENTE
DO CONSELHO
PEDAGÓGICO



THE WALTERS ART MUSEUM ON VISUALHUNT

a sua aprendizagem de forma flexível, interagindo com o docente e os demais estudantes através do *moodle*, uma plataforma de *e-learning* (provavelmente, a mais utilizada no mundo). Contrariamente a muitas expectativas (de estudantes e de docentes de outras instituições), a comunicação é essencialmente assíncrona, assente em fóruns de discussão, o que se justifica pela necessidade em garantir que estudantes em diferentes fusos horários estejam em pé de igualdade no acesso à informação, além de o registo da interação ficar sempre disponível para futura consulta.

Não me querendo alongar demasiado na descrição de um caso concreto, refiro apenas que o MPV se tem consolidado ao longo dos anos, foi alvo de revisão em 2018, e a UAb tem conseguido mostrar a sua robustez e credibilidade no decurso das várias

avaliações de cursos por parte da Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Quem quiser saber mais, pode consultar o site da UAb (portal.uab.pt), onde poderá encontrar facilmente o MPV (portal.uab.pt/modelo-pedagogico-virtual).

UMA PANDEMIA (IN)CONVENIENTE

Num ambiente de incerteza provocado pela pandemia, as instituições de ensino superior (IES) foram obrigadas a tomar medidas excepcionais, a reinventar a sua forma de ensinar. Mais do que isso, os estudantes foram obrigados a alterar a sua forma de aprender.

Neste ponto, apenas a UAb continuou a fazer o que sempre fez, com docentes e



FOTO: FREEPIK - RAWPIXEL.COM

estudantes a não alterarem, de forma significativa, a sua forma de interação. Claro que o confinamento obrigatório, todas as restrições à circulação, à liberdade individual em prol da comunidade, não deixaram de ter impacto negativo. Mas apesar da imprevisibilidade geral, houve alguma continuidade e serenidade na manutenção das rotinas.

Houve instituições que tentaram adaptar-se, estudar a forma como as instituições de ensino a distância (EaD) funcionavam, buscar na experiência própria em *b-learning* algumas ideias que pudessem fazer a transição necessária para um ensino online mais tranquilo. Lembro que o SNESup teve várias iniciativas sobre este tema.

No entanto, se não é fácil mudar repentinamente a forma de ensinar de uma

instituição, menos fácil é as pessoas (docentes e estudantes) adaptarem-se à distância física a que se viram obrigados (já sem contar com a permanência forçada nas respectivas residências). Muitas aulas passaram a ser por videoconferência, de forma síncrona, outras gravadas.

Felizmente, a maioria dos estudantes está habituada à utilização das redes sociais, pelo que conseguiu adaptar-se com alguma facilidade, conseguindo usar ferramentas de trabalho em grupo online. Apesar disso, as notícias sobre o impacto, como a de que

“74% dos alunos da Universidade de Coimbra pensaram em desistir do curso”,

mostram que há um longo trabalho pós-pandemia a ser feito. Será necessário recuperar rotinas (tanto estudantes como professores), preparar para futuras situações semelhantes, tendo em conta os ensinamentos desta fase crítica.

AVALIAÇÃO PRESENCIAL VERSUS AVALIAÇÃO ONLINE

Relativamente à UAb, instituição de EaD, até à mudança de paradigma referida anteriormente, a avaliação sempre foi presencial, por exame final escrito, em vários pontos do país e no estrangeiro. Desde a implementação do MPV, explicando de forma sintética, passou a haver, no 1.º ciclo, avaliação contínua (opcional ou obrigatória, dependendo das unidades curriculares) que decorre online, com uso de ferramentas de deteção de plágio, mas sempre com uma prova escrita presencial final, com nota mínima.

A existência desta prova presencial sempre foi considerada uma garantia de integridade, objetividade e credibilidade do sistema de avaliação. Em todas as unidades curriculares o estudante, independentemente das classificações obtidas nos trabalhos online, era sempre obrigado a fazer uma prova presencial, sendo a sua identidade verificada por um vigilante, e nessa mesma prova tinha de obter uma nota mínima para ser aprovado.

Com a pandemia, várias instituições (UAb incluída) consideraram inviável a realização de provas presenciais. Todas estas tentaram, da melhor forma possível, ser rigorosas na definição de regras que minimizassem as possibilidades de partilha de informação

online entre estudantes, com medidas de prevenção de fraude. Algumas tentaram ir mais longe, usando *software* considerado invasivo pelos estudantes, com utilização de um *lockdown browser* e gravação de som e imagem. A própria Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) investigou e questionou a legalidade do seu uso.

Entretanto, o reitor da Universidade do Porto veio afirmar que a “avaliação à distância não é justa, por não ser imune à fraude”. Não deixa de ser verdade que a avaliação a distância não é imune à fraude. Mas a avaliação presencial também não é. Até certo ponto, esquecendo momentaneamente as questões da privacidade (sem as minorizar), um sistema de avaliação online com *lockdown browser* e gravação de imagem e som dos estudantes, monitorizando a prova do princípio ao fim, pode ser capaz de ser mais fiável que um vigilante humano que tem de vigiar simultaneamente algumas dezenas de estudantes. De notar que já existem alguns casos em que a avaliação é presencial, mas realizada em computador com gravação de som e imagem, como acontecia (não sei se conti-

nua a ser assim) com as provas iniciais de seleção para empregos na União Europeia.

Temos de deixar de ter preconceitos em relação a tudo o que implica uso de tecnologias nos processos de decisão. A votação eletrónica continua a ser olhada

de lado, e a sua implementação nas eleições nacionais em Portugal geraria, certamente, uma onda de protestos. No futebol, foi longa a discussão até se implementar o videoárbitro, e mesmo assim há ainda quem prefira o seu fim.

O caminho é garantir a credibilidade, baseada em factos, não em preconceitos, para que a sociedade tenha confiança nos profissionais com formação superior que saem das nossas instituições. »

“Não deixa de ser verdade que a avaliação a distância não é imune à fraude. Mas a avaliação presencial também não é.”

“Algumas tentaram ir mais longe, usando software considerado invasivo pelos estudantes, com utilização de um lockdown browser e gravação de som e imagem. A própria Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) investigou e questionou a legalidade do seu uso.”

NOVOS DESAFIOS DE ENSINO E AVALIAÇÃO ONLINE

Antes de continuar, não posso deixar de referir que este texto é um artigo de opinião que espelha apenas a minha opinião pessoal. Exercendo as funções de presidente do conselho pedagógico, que é o órgão que tem a palavra final sobre a avaliação nas IES, quero deixar claro que não estou aqui a refletir a opinião do órgão nem da UAb. Também é certo que não vou expor certezas universais, talvez até tenha mais dúvidas que certezas, pelo que dificilmente comprometeria a minha instituição ou o cargo que ocupo, mas não deixa de ser importante esta “declaração de interesses”.

Nem todos sabem que as candidaturas à UAb para titulares de um curso do ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente, são apenas para candidatos com, pelo menos, 21 anos no dia 1 de outubro do ano da realização do exame, ou com idade compreendida entre os 18 e os 21 anos, desde que tenham efetuado pelo menos dois anos de descontos ao Estado. Muitas vezes se fala de um ensino de “segunda oportunidade”, em que o estudante típico já está inserido no mercado de trabalho, tem uma vida familiar preenchida e algumas vezes mora longe de IES presenciais.

Este perfil é diferente do do estudante-tipo das IES presenciais, habitualmente com

aproximadamente 18 anos, vindo diretamente do ensino secundário. O limite mínimo imposto sempre foi justificado pela necessidade de o estudante ter alguma maturidade para o tipo de ensino onde a organização do tempo e a capacidade de autoestudo são fundamentais.

Assim, com cada vez mais universidades presenciais a apostarem no ensino online, será preciso ter sempre em conta os diferentes perfis dos estudantes. É muito diferente o tipo de disponibilidade que tem um estudante que apenas estuda, do de um estudante que trabalha, tem filhos e não se pode deslocar para onde exista uma IES. Este último precisa de um modelo de ensino flexível, que lhes permita estudar ao seu ritmo, ao passo que o primeiro aproveita a tecnologia como complemento para a organização e aprofundamento do estudo.

É preciso também não esquecer que os perfis vão evoluindo. Nota-se que no EaD há cada vez mais estudantes numa faixa etária mais baixa, alguns desempregados ou ainda sem terem tido o primeiro emprego, e com cada vez mais necessidade de um ensino online mais atrativo, com mais conteúdos multimédia. Isto exige das instituições maior atenção à parte tecnológica, mais recursos humanos e, não fosse já ser uma frase batida e um apelo constantemente ignorado, atrever-me-ia a dizer também mais financiamento por parte do Estado.

Relativamente à avaliação, até ao início da atual pandemia não se falava muito de provas totalmente online. Houve vários estudos sobre este assunto, mas colocou-se sempre a questão da credibilidade. Podemos encontrar paralelo nas votações online: por muitos estudos que se façam, continuamos a confiar

mais na cruzinha num papel dobrado em quatro e introduzido numa urna inicialmente vazia. Apesar disso, alegadas fraudes eleitorais continuam a ocorrer.

As provas online têm algumas vantagens. Em primeiro lugar, a possibilidade de realizar as provas num local privado, sem necessidade de deslocação à instituição. Outra das vantagens é a imediata disponibilidade da prova para correção por parte dos docentes em qualquer computador com acesso à Internet, o que na UAb, por exemplo, é uma inegável mais-valia, dado que as provas presenciais em vários locais obrigam a algum tempo de espera até as provas chegarem às mãos dos professores para correção. Também permitem, na maior parte dos casos, deteção automática de plágio, embora estas ferramentas automáticas requeiram sempre uma validação por parte do professor, de modo a detetar falsos positivos e negativos.

Claro que há o reverso da medalha. Desde logo, as já referidas questões de privacidade. Ao permitir que um *software* controle o meu computador, que me filme e escute durante toda a prova, estou a abrir as portas à devassa da minha privacidade. E não vale a pena menorizar esta questão, é talvez a questão-chave para a possibilidade de realização de provas online. Um sistema para realização de provas online tem de garantir que a minha imagem com som durante a prova e os conteúdos do meu computador não vão circular livremente pela Internet, com risco de serem “hackeados”, nem ser vistos de forma abusiva pelas pessoas afetas à IES.

Coloca-se também a questão da maior dificuldade, em alguns casos, de realizar provas em computador. Alguns estudantes têm mais facilidade em escrever com caneta e papel do que em computador. E se quando pensamos em respostas exclusivamente de texto o problema não parece tão relevante, o mesmo já

não acontece quando as respostas incluem demonstrações matemáticas, esquemas, diagramas ou desenhos. Uma última crítica tem a ver com a adequação das provas à sua realização online. Há questões a definir na comparação online versus presencial, como os diferentes tempos de duração, os diferentes formatos de prova, se as provas são com ou sem consulta, etc...

Em jeito de conclusão, para um texto que já vai longo, não devemos deixar nunca que os preconceitos guiem os nossos passos. Tanto o ensino como a avaliação online têm os seus prós e contras. A pandemia atual obrigou a questionar de forma mais premente a parte da avaliação, ao mesmo tempo que alicerçou a importância do EaD nas universidades presenciais.

As provas online estão, irreversivelmente, em cima da mesa, como uma alternativa que se deseja credível e robusta. Garantidas questões como a privacidade do estudante, a adequação do tipo de provas, a credibilidade da avaliação, entre outras, garantida a confiança dos empregadores e da sociedade em geral, serão um instrumento que, a par do

EaD, permitirá encurtar distâncias e tornar possível a concretização do objetivo de obtenção de um grau académico que de outro modo seria impossível.

Por último, não posso deixar de puxar a brasa à minha sardinha. Será sempre importante o papel dos conselhos pedagógicos na validação de qualquer sistema de avaliação online. Este é o órgão que, por lei, tem a palavra final relativamente aos regulamentos de avaliação das IES. É uma responsabilidade enorme, tanto mais que docentes e estudantes estão em paridade neste órgão. Nada está garantido à partida, pelo que o envolvimento de toda a comunidade académica desde o início de um processo desta natureza será a chave para o seu sucesso. •

“Um sistema para realização de provas online tem de garantir que a minha imagem com som durante a prova e os conteúdos do meu computador não vão circular livremente pela Internet”